

GOLPE OU REVOLUÇÃO EM 1964: APONTAMENTOS A PARTIR DE MATÉRIAS VEICULADAS NA FOLHA DE SÃO BORJA (1970-1978)

COUP OR REVOLUTION: NOTES FROM ARTICLES PUBLISHED IN FOLHA DE SÃO BORJA (1970-1978)

Recebido em: 10/12/2022

Aceito em: 23/01/2023

Melissa da Rosa Ribeiro¹ 

João Pedro da Rosa Ribeiro² 

Júlia Corrêa³ 

Ana Laura Rodrigues de Souza⁴ 

Ronaldo Bernardino Colvero⁵ 

Resumo: Este trabalho propõe-se a apresentar a nomenclatura revolução encontrada em duas edições do Jornal a Folha de São Borja, no período da Ditadura Civil-Militar brasileira, iniciada em 1964 e que durou até 1985. Nas reportagens do periódico buscamos identificar as edições que tratam das comemorações do golpe de Estado brasileiro, ocorrido no dia 31 de Março. Entre os assuntos desenvolvidos neste artigo estão o contexto político do período em questão, os conceitos de golpe e revolução e os atos constitucionais que nortearam este regime ditatorial. Como metodologia, em primeiro momento usou-se a revisão bibliográfica, a pesquisa documental, especificamente nas edições dos jornais e para análise deste, foi utilizada a análise de conteúdo. A fonte utilizada para a investigação foi o jornal Folha de São Borja, veiculado desde 1970. Especificamente foram utilizadas uma matéria veiculada no ano de 1970 e outra de 1978, o que fornece à pesquisa um caráter documental. Assim, nos anos em questão, observou-se que o periódico noticiou as solenidades que marcaram o aniversário da “Revolução”, sem fazer oposição à comemoração e apenas tratou de narrar os acontecimentos do evento. Portanto, o jornal em questão veiculou em suas páginas a existência de uma revolução em 1964 e não um golpe de Estado, como é pertinente que se diga. Ou seja, destacamos que os eventos noticiados não foram aniversários da revolução, mas de um golpe, que entre suas medidas foi a deposição do Presidente João Goulart.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar (1964-1985); Jornais; Revolução; Golpe.

¹ Graduanda do curso de Direito pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. Membro do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS. E-mail: melisadarosaribeiro1308@gmail.com.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Política Públicas - PPGPP (Mestrado Profissional), UNIPAMPA - Campus São Borja. Membro do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai. Email: joaopedroribeirognr@gmail.com.

³ Graduanda do curso de Ciências Sociais - Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. Membro do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai. Bolsistas de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: juliacorrea.prior@gmail.com.

⁴ Graduanda do curso de Ciências Sociais - Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. Membro do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai. Bolsistas pelo Programa de Desenvolvimento Acadêmico - PDA - UNIPAMPA. Email: ana.lrsouza@icloud.com.

⁵ Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio na Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br.

Abstract: This paper proposes to present the nomenclature of revolution found in two editions of the newspaper Folha de São Borja, during the Brazilian Civil-Military Dictatorship, which began in 1964 and lasted until 1985. In the newspaper's news, we search to identify the editions that deal with the commemorations of the Brazilian coup d'état, which took place on March 31st. Among the subjects developed in this article are the political context of the mentioned period, the concepts of coup d'état and revolution and the Constitutional Acts that guided this dictatorial regime. As a methodology, at first, a bibliographical review was used, documental research, specifically in newspaper editions and for their analysis, content analysis. The primary source used for the investigation was the newspaper Folha de São Borja, published since 1970. Specifically, an article published in 1970 and another in 1978 were used, which gives the research a documentary character. Therefore, in the years mentioned, it was observed that the newspaper reported the solemnities that marked the anniversary of the "Revolution", without making opposition to the commemoration and only narrated the events. Wherefore, the newspaper in question published in its pages the existence of a revolution in 1964 and not a coup d'état, as it is pertinent to say. That said, we emphasize that the reported events were not anniversaries of the revolution, but of a coup d'état, which among its measures was the deposition of President João Goulart.

Keyword: Civil-Military Dictatorship (1964-1985); Newspapers; Revolution; Coup d'état.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tem como propósito realizar uma análise sobre os conteúdos proferidos em algumas edições do Jornal Folha de São Borja, diante do contexto da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985). Buscando assim, compreender os desfechos que entrelaçam esse regime que modificou o regime de governo no Brasil sob o olhar deste jornal, diante dos conteúdos expressos por eles em suas edições (nº 7, publicada no dia 7 de abril de 1970 e a nº 422, publicada no dia 1º de março de 1978), como quando o jornal em questão utiliza o termo "revolução" diante do golpe que ocorreu em 1964 no Brasil. Bem como, um estudo sobre o cenário político de São Borja anterior ao Golpe Civil-Militar brasileiro em março de 1964, município sede do jornal em questão.

Diante da proposta deste trabalho, para o melhor alcance dos resultados na execução deste trabalho, foi utilizado para a metodologia, a análise de conteúdo, conforme é expressa por Laurence Bardin (2016). Deste modo, a autora aborda que a análise de conteúdo nos serve como técnica de análise comunicacional, no caso das edições dos jornais da Folha de São Borja e das Atas de Sessões Extraordinárias da Câmara Municipal de Vereadores de São Borja, a fim de compreender os conteúdos expressos nestes textos. Assim como a pesquisa bibliográfica, a partir de autores que estudam a temática, para que haja a fundamentação teórica acerca do assunto. Para Marconi e Lakatos (2003) este tipo de pesquisa concentra-se em um apanhado geral, acerca dos trabalhos já realizados na área de estudo. Por fim, é pertinente que comente-se: foi usada a pesquisa documental, que em síntese trata os documentos de forma escrita ou não, no que é denominado fontes primárias (MARCONI; LAKATOS. 2003).

Primeiramente, foi realizado um enfoque sobre o período anterior à Ditadura Civil-Militar (1964-1985), tal como o cenário político internacional com o advento da Guerra Fria que foi determinante na intervenção do processo golpista que modificou o regime de Governo no Brasil, instaurando um regime autoritário, descontinuando a democracia brasileira durante 21 anos. Além de contextualizar o cenário político do município de São Borja, através da análise de conteúdos das Atas de Sessões Extraordinárias que ocorreram na Câmara Municipal de São Borja do período de março de 1964, para que haja a compreensão de como as instituições políticas da cidade estavam atuando, sobretudo sobre os temas relacionados com o Governo de João Goulart, assim traçando um paralelo entre os dois espaços.

Posteriormente, foi trazido um enfoque mais preciso sobre os acontecimentos que aconteceram durante o Regime Militar. Iniciamos expondo conceitos e diferenciando os termos “golpe” e “revolução”, focando na argumentação de que o que ocorreu no Brasil em 1964 foi um golpe, pois houve uma ruptura democrática, fazendo surgir um regime antidemocrático e autoritário. Em seguida, foram citados alguns Atos Institucionais (AIs), instrumentos jurídicos criados para regulamentar o Regime Militar, neles haviam diversas ordens repressivas, cassando direitos sociais e políticos, decretando fechamento de instituições políticas, entre outras medidas que não caracterizam um Estado democrático. Por fim, trazendo uma análise de conteúdo do Jornal Folha de São Borja, perante a algumas de suas matérias jornalísticas sobre a Ditadura Civil-Militar no período de 1970-1978, traçando um paralelo com as informações trazidas pelo jornal e com os fatos que estavam ocorrendo no Brasil.

GOLPE CIVIL-MILITAR (1964): Contexto São-borjense

Diante da temática apresentada nesta pesquisa, é fundamental compreender os aspectos sociais e políticos que faziam-se presentes no cotidiano do Brasil antes do Golpe Civil-Militar, perante ao cenário das relações internacionais, o Governo da época e das mais distintas forças políticas que estavam imersas nesse contexto, como os militares, que faziam oposição ao governo vigente anterior a ruptura democrática e aqueles que foram precursores do movimento golpista de 1964. Bem como os interesses e motivações por trás daqueles que orquestraram o movimento que instaurou um regime autoritário no Brasil, cessando a democracia durante 21 anos, além das

ininterruptas violações de direitos fundamentais que foram perpetuadas nesse período pelos agentes que concretizaram a Ditadura Civil-Militar em abril de 1964.

O cenário político internacional apresentava-se um tanto conturbado, com o advento da Guerra Fria, a autora Beatriz Figliano (2015), explica, foi um período de conflitos entre as duas grandes potências políticas e econômicas, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), na qual dispõem de ideologias políticas opostas, respectivamente capitalista e socialista. A autora, ainda reitera a consequência destes acontecimentos, com o desencadeamento de conflitos em outros países ao longo do globo, ao ponto que incentivam estes confrontos, com a finalidade de angariar poder político, com base em seus próprios interesses, sobretudo econômicos. Desta forma, descrito por Marcos Alexandre Arraes (2019):

Nesse contexto, um intrincado embate entre duas potências com pretensões hegemônicas no cenário internacional se transformaria em uma batalha direta no campo imagético, buscando, cada lado, construir a si como o modelo de civilização por excelência e ao outro como o seu nêmesis, expondo seus supostos e inexoráveis defeitos e maldades, fazendo crer, portanto, serem inconciliáveis (ARRAES, 2019, p. 77).

Perante este cenário, que englobava grande parte dos países ao redor do mundo, o conflito ideológico polarizado da Guerra Fria perpassou inclusive no Brasil, um país de expressão continental, devido a sua grande extensão territorial na América do Sul. Em esfera nacional, o país estava recém superando uma renúncia inesperada do Presidente Jânio Quadros, na qual Lucas Orsi Rossi (2020) reitera, “Firme em sua estratégia, no dia 25 de agosto de 1961, sete meses após assumir o cargo, Jânio Quadros entrega ao Congresso Nacional sua renúncia ao mandato. Em suas razões, afirma que ‘forças terríveis’ teriam conspirado contra seu governo [...]” (ROSSI, 2020, p. 324-325). A renúncia gerou uma crise política pois havia muitas especulações tendenciosas acerca do rumo que o Brasil iria tomar com a posse de João Goulart⁶, perante ao espectro político que o próprio representava

⁶ Nascido em 1º de março de 1919, na cidade de São Borja, Rio Grande do Sul, João Belchior Marques Goulart, formou-se bacharel pela Faculdade Ciências Jurídicas e Sociais em 1939, em Porto Alegre. Sendo fundador do diretório do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na cidade de São Borja, constituiu sua carreira política no mesmo partido, elegendo-se vice-presidente em 1960 ao lado do opositor Jânio Quadros, como Presidente. Após a renúncia de Quadros em agosto de 1961, Jango, como ficou conhecido, assumiu a presidência após plebiscito que o autorizava a voltar ao país e assumir a Presidência da República, que se encontrava em sistema parlamentarista. Após o golpe de 1964, foi destituído de seu cargo e entrou em exílio no Uruguai, falecendo, ainda no exílio, na cidade de Mercedes em dezembro de 1976. Durante o seu governo, manteve uma política externa alheia à polarização em que o mundo se encontrava, outra característica de sua gestão foi o constante ativismo pelas chamadas Reformas de Base. Fonte: BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA

diante do contexto conflituoso internacional. Entretanto, após diversas manifestações a favor da legitimidade de sua posse como presidente da república, o mesmo consegue tomar posse, como mencionado por Gláucio Ary Dillon Soares (1994):

O clima ideológico da Guerra Fria, por sua vez, contribuiu para exacerbar as posições ideológicas antagônicas. A Guerra Fria era a dimensão central da concepção geopolítica dominante nas forças armadas. Quando Jânio Quadros renunciou, João Goulart visitava a China comunista, cujas posições, naquele momento, eram as mais radicais. Assim, aos olhos de muitos militares, confirmava-se a associação entre João Goulart e o comunismo, apoiada na observação de uma certa comunhão ideológica entre o vice-presidente e grupos e partidos de extrema esquerda (SOARES, 1994, p. 25).

Com o advento dos conflitos ideológicos⁷ que estavam perpassando o imaginário político que estavam perpassando o imaginário político⁸ brasileiro, muito se cogitava quais seriam os interesses demonstrados por João Goulart em sua atuação como Presidente da República, muito disso deve-se ao seu alinhamento político, baseado em questões pautadas nos movimentos sociais, propondo medidas que tomaria quanto às reformas sociais estruturais que realizaria no Brasil. Conforme Lucilia Delgado (2009) expõe, “Na esfera da sociedade civil, no campo do reformismo social, destacaram-se, por exemplo, a atuação cotidiana das ligas camponesas⁹, do movimento estudantil¹⁰ e das

REPÚBLICA. **Biografia.** Biblioteca da Presidência da República, 2023. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/biografia>. Acesso: 29 de maio de 2023.

⁷ Os conflitos ideológicos ali mencionados, fazem referência a Guerra Fria, um período onde houve um conflito ideológico entre ideias capitalistas e socialistas. Como menciona Tácito Rolim, “Nos conceitos ‘Guerra Fria’ normalmente se faz alguma referência ao fato de que aquela *disputa ideológica* se deu também no campo econômico e militar, apesar dela não ter ocorrido de maneira direta neste último campo [...]” (ROLIM, 2012, p. 92). Fonte: ROLIM, Tácito Thadeu. **Neste caso, quando o termo “imaginário político” é empregado, remete-se ao contexto.** Tese (Doutorado) - Curso em Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/1362/projeto/Tese-tacito-thadeu-leite-rolim.pdf>. Acesso: 08 de julho de 2023.

⁸ Neste caso, quando o termo “imaginário político” é empregado, remete-se ao contexto político em que o estava Brasil estava imerso, perante aos recentes acontecimentos, como a Guerra Fria, a renúncia do Ex-Presidente Jânio Quadros, a posse do Presidente João Goulart, sendo assim, as problemáticas que envolviam tais situações.

⁹ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. Fonte: CAMARGO, **Aspásia. MEMÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS (1955-1964).** Documentos Revelados, 2016. Disponível: <https://documentosrevelados.com.br/memoria-das-ligas-camponesas-1955-1964/>. Acesso: 29 de maio de 2023.

¹⁰ “O Movimento Estudantil é caracterizado como um movimento social, formado por estudantes que discutem assuntos ligados à educação [...] incorporando também pautas que extrapolam questões meramente acadêmicas”. Fonte: FREITAS, Vanessa Rocha de; GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1968).** Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/vanessa_rocha_de_freitas.pdf. Acesso: 29 de maio de 2023. “Os estudantes organizados tiveram

organizações sindicais¹¹.” (DELGADO, 2009, p. 126), algo visto com muita aversão na época pela ala mais conservadora da sociedade brasileira.

Perante a proposta do artigo, que é realizar a análise dos conteúdos proferidos no jornal Folha de São Borja, para que isso ocorra é necessário compreender o cenário político na qual a cidade que este jornal estava localizado encontrava-se, ou seja, o município de São Borja. Desta forma, é importante especialmente analisar o contexto político e social das instituições políticas vigentes na época, como por exemplo a Câmara Municipal de Vereadores de São Borja, assim através da análise das Atas das Sessões Extraordinárias que foram nos meses de março de 1964, a tal passo que podem servir como parâmetro para compreender as pautas trazidas neste espaço político e comparando com as que estavam sendo discutidas no cenário nacional.

Como já mencionado, os debates em torno das medidas reformistas que o Presidente João Goulart tinha pretensão de realizar eram as temáticas predominantes na política nacional, trazendo grandes conflitos entre os opositores e aliados do presidente. No município de São Borja no período pré golpe o contexto político era bem similar, compartilhando dos mesmos entraves, com o ambiente bastante polarizado¹² entre aqueles deputados favoráveis e aos opositores ao Governo de João Goulart, além da cidade estabelecer significativas relações com o Presidente Jango, já que é sua terra natal, colocando-o como uma figura importante na região devido sua influência política e social.

um papel político de luta fundamental contra a ditadura militar. Foram às ruas protestar, participar de passeatas, integraram movimentos de luta armada, distribuíram panfletos, lutaram, enfim, contra o sistema repressivo vigente naquele momento”. Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório - Tomo I - Parte II - Perseguição ao Movimento Estudantil Paulista**. Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguiçao-ao-Movimento-Estudantil-Paulista.pdf. Acesso: 29 de maio de 2013.

¹¹ Na década de 1960, as organizações encontravam-se em seu ápice até então, tanto que foram essenciais em 1961, através da greve geral convocada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), para impedir que fosse vetada a posse do Vice-Presidente João Goulart, que durante seu governo dialogou com as organizações sindicais, intercedendo sobre as Reformas de Base e outros temas caros ao Movimento Sindical. Entretanto, com o golpe de 1964, os sindicalistas foram um dos grupos mais perseguidos durante a ditadura, justamente pelo exemplo de luta que representavam. Fonte: GREGÓRIO, Mariany. **O sindicalismo brasileiro, o golpe de 1964 e alguns desdobramentos**. Em debate, UFSC, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/21723-Texto%20do%20Artigo-69683-2-10-20120103.pdf. Acesso: 29 de maio de 2023.

¹² Alexandre Argon e Patrícia Gonçalves conceituam polarização como, “O termo ‘polarização política’ denota uma divisão entre dois polos ideológicos opostos, geralmente representados como direita e esquerda. Assim, os indivíduos possuem “ideologias” diferentes, e defendem formas distintas de resolver os problemas da sociedade.”. Fonte: ARGON, Alexandre; GONÇALVES, Patrícia. **Ideologia e polarização política no Brasil: origens, causas e consequências**. Revistas Humanidades e perspectivas, 2022. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/157>. Acesso: 29 de maio de 2023.

Ainda na esfera municipal, esta diferenciação ideológica mostrava-se bem acentuada quando eram tratados temas sobre as reformas de base, como na Sessão Extraordinária n° 308, que foi realizada na Câmara Municipal de Vereadores de São Borja, no dia 13 de março de 1964, quando o Vereador Lauro Batista (membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que era aliado do Presidente João Goulart) e o Vereador José Pereira Alvarez (membro do partido União Popular Samborjense (UPS)¹³, que atuava como opositor do governo Goulart) discutem sobre as últimas medidas tomadas pelo então Presidente da República:

[...] Na hora do expediente o Vereador Lauro Batista, teceu comentários do comício realizado em realizado Guanabara em 13 do mês andante e cuida dos 2 decretos assinados pelo Sr. Presidente da República naquele dia, através do seu discurso teceu um hino de louvor ao atual 1° magistrado de nossa Pátria pela concretização de 2 sonhos do povo, que ficaram efetivados no ato em que o mandatário de n/Pátria praticou através da promulgação dos direitos acima mencionados. [...] O vereador José Pereira Alvarez: com a palavra disse em uma intervenção que sinceramente não acredita na necessidade das tais “reformas”, que observa sim: muita (demagogia) digo demagogia e um provável luta de classes, isto é: entre aqueles que sinceramente não acreditam na sinceridade de propósitos do nosso 1° Mandatario e d’queles diferentemente do mesmo assunto (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA, 1964, p. 147-148).

Na discussão desta sessão estavam sendo pautadas questões referentes a medidas que o Presidente João Goulart havia tomado recentemente, entre elas dois decretos assinados por ele no dia 13 de março de 1964. Sendo eles, um sobre a desapropriação de refinarias de petróleo que ainda não faziam parte da Petrobras, assim publicado no Diário Oficial da União sob o decreto n° 53.701, “Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S A - Petrobrás, em caráter de urgência, as ações das companhias permissionárias do refino de petróleo.” (BRASIL, 1964). Juntamente com o decreto n° 53.700, que gerou bastante contestação na época, tratando-se da reforma agrária, conforme publicado no Diário Oficial da União, “Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais [...] atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências.” (BRASIL, 1964).

Diante disto, o conjunto de medidas e reformas propostas pelo Presidente João Goulart foram amplamente discutidas nos mais distintos espaços políticos, rendendo diversas interpretações, assim como no Poder Legislativo de São Borja. Como recém mencionado, o vereador Lauro Batista (PTB)

¹³ UPS - Partido União Popular Samborjense.

e o vereador José Pereira Alvares (UPS) deram suas declarações antagônicas acerca deste tema, gerando um embate ideológico polarizado, o que acabou por contribuir para as tensões políticas existentes na época. O vereador Lauro Batista teceu seus comentários favoráveis às medidas propostas por Goulart, acreditando que seriam benéficas a sociedade brasileira, bem como principalmente aos indivíduos mais vulneráveis socialmente, que mais fariam uso de tais medidas.

Já o vereador José Pereira Alvares do UPS, utilizou-se de sua fala em uma abordagem mais conservadora perante ao olhar da época, não acreditando nos propósitos destas medidas, insinuando que seria uma forma populista de fazer política, com uma lógica de “luta de classes” demagógica para alcançar os anseios políticos do presidente, sem considerar e mencionar os impactos positivos que trariam para a sociedade brasileira, principalmente aos que mais precisavam, como por exemplos grupos minoritários. Uma visão que na época representava ideais das classes elitizadas, as mesmas que exerceram expressivas manifestações contra o Governo de João Goulart e favoráveis aos movimentos que geraram o golpe civil-militar em abril de 1964. Como menciona Janaína Martins Cordeiro (2021):

[...] o discurso anticomunista, anti-Goulart, anticorrupção e a favor de uma intervenção militar que “saneasse” política e economicamente o país, se organizou sob distintos contextos e tradições, locais e regionais. Expressava, assim, anseios e receios cotidianos e indicavam os limites que a proposta reformista do governo Goulart encontrava, principalmente entre as elites, mas não apenas (CORDEIRO, 2021, p. 4).

Sendo assim, tais atores que englobavam os eixos de poder no país sentiam-se fortemente ameaçados diante destas pautas, principalmente quando passavam ter a atenção do principal governante do país. Parte desta ala mais conservadora da sociedade brasileira que expressavam grande oposição ao governo de João Goulart, eram os membros das Forças Armadas, os mesmos que mais tarde lideraram um golpe contra a democracia brasileira, com o apoio de uma parcela da população civil, como reitera Paulo Menezes (2004), “Empresários, militares e EUA gastavam milhões de dólares na campanha contra o governo. No dia 31 de março de 1964, explodiu a revolta das forças armadas contra o governo de João Goulart.” (MENEZES, 2004, p. 01). Assim, com o propósito de estabelecerem a ordem política e social que consideravam a “ideal” para o país, usando desta para justificar e garantirem seus próprios interesses. Como exposto por Adriano Nervo Codato (2004):

É preciso notar, antes de tudo, que a ação militar em 1964 foi reativa. Na visão das próprias Forças Armadas, tratou-se de deter “o caos, a desordem e instabilidade política”. A tradução dessa ambição salvacionista – simplesmente a “reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil” [...]. Sob esses lemas genéricos estão abrigados os móveis reais que empurram mais uma vez as cúpulas das Forças Armadas a intervir na política civil: a radicalização do movimento nacional-popular a partir de fins de 1963 (cujo ponto máximo foi o Comício das Reformas em meados de março de 1964) e a subversão da hierarquia militar, avalizada pelo próprio Presidente (cujo ponto culminante foi o discurso no Automóvel Clube em fins de março de 1964). Assim, aparentemente, a única tarefa dos militares deveria limitar-se a promover a exclusão política das classes populares, desarticulando, pela repressão, suas instituições de organização sindical [...] (CODATO, 2004, p. 18-19).

A convicção que perpassava o imaginário dos militares que os levaram a orquestrar um golpe antidemocrático e tomar para si o poder político civil, ultrapassando os seus limites em um Estado Democrático, entrelaçou diversas motivações, principalmente sua aversão aos ideais progressistas trazidos pelo Presidente da República João Goulart. Deste modo, os militares por meio do golpe que realizaram foram capazes de suprimir os movimentos sociais¹⁴ que estavam imersos nessas reivindicações. Sobretudo, os militares achavam que eram dignos de tomar o poder para si, pois só através das Forças Armadas o Brasil estaria no rumo “correto”, assim alcançando o protagonismo político que os mesmos sentiam falta e que acreditavam lhes era de mérito.

Sendo assim, por meio de um Golpe Civil-Militar em abril de 1964, os militares e algumas entidades civis, compostas pelas elites econômicas das mais diversas áreas da sociedade brasileira, com o apoio externo dos norte-americanos, como exposto por José Victor de Lara (2016), “Os documentos revelaram a existência da Operação Brother Sam, arquitetada por Lincoln Gordon e por chefes do Estado Maior dos EUA. A operação forneceria apoio logístico e suprimentos aos conspiradores brasileiros.” (LARA, 2016, p. 04). Desta forma, agiram contra as instituições brasileiras, destituindo um presidente eleito democraticamente, instauraram um regime autoritário que perpassaria mais de 21 anos vigente no Brasil, deixando marcas persistentes de violência e repressão.

¹⁴ “Assim, aparentemente, a única tarefa dos militares deveria limitar-se a promover a exclusão política das classes populares, desarticulando, pela repressão, suas instituições de organização sindical (o CGT, principalmente) e participação autônoma caso das ‘Ligas Camponesas’, além do seu canal parlamentar privilegiado (o PTB).” (CODATO, 2004, p. 18-19). Fonte: CODATO, Adriano Nervo. **O GOLPE DE 1964 E O REGIME DE 1968: ASPECTOS CONJUNTURAIS E VARIÁVEIS HISTÓRICAS**. História: Questões & Debates, [S.l.], v. 40, n. 1, jun. 2004. ISSN 2447-8261. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2735/2272>. Acesso em: 21 maio 2023.

REVOLUÇÃO OU GOLPE: APONTAMENTOS SOBRE OS TERMOS NO JORNAL FOLHA DE SÃO BORJA

Ao longo dos anos que sucederam a ruptura democrática brasileira em abril de 1964, os termos “golpe” e “revolução” apareceram nos discursos dos envolvidos com o evento e daqueles que estudam este período. Os favoráveis ao movimento de 1964, tomam para si o segundo termo como nominata aos acontecimentos deste ano. No entanto, muitas foram as discussões e pesquisas em torno destes termos, e com base em pesquisas científicas, o correto é usar-se o termo “golpe”. Souza (2017) aponta que, o conceito em questão se relaciona com a maneira que um governante é destituído de seu posto:

Golpe de Estado é derrubar, de maneira ilegal, um governo, constitucionalmente, legítimo. Os golpes podem ser violentos ou não e podem corresponder aos interesses da maioria ou de uma minoria, apesar de este tipo de ações, normalmente, triunfam quando podem contar com o apoio popular (SOUZA, 2017, p. 4).

Deste modo, é visto que o comentário apresentado anteriormente, se aplica à ruptura constitucional vivida pelo Brasil em 1964. Prosseguindo, Souza (2017) explana sobre a outra nomenclatura, ou seja, “revolução”, que pode ser vista como uma mudança drástica no panorama de uma sociedade. Veja-se o que fala Souza (2017) sobre o assunto:

Trata-se de uma mudança radical dentro de uma sociedade, que ocorre no contexto político, econômico, cultural e social, onde é estabelecida uma nova ordem, que é instituída pelas forças políticas e sociais vencedoras. No sentido conotativo, uma revolução pode ser o sinal de uma profunda transformação (SOUZA, 2017, p. 5).

O termo revolução pode ser visto em diversos materiais publicitários ou informativos do período. Para compor este texto, tomamos como base os escritos no jornal Folha de São Borja, fundado em 1970 e ativo até o momento desta pesquisa, junho de 2023. O termo em questão é citado nas reportagens que analisamos, que foram ao longo da década de 1970, período fixado para procura de assuntos relativos à Ditadura Civil-Militar brasileira. Em especial, é possível notar o conceito de golpe nas edições que comemoraram o “Aniversário da Revolução¹⁵”. Deste modo, optou-se por apresentar aqui duas matérias que apontam as “comemorações do aniversário do golpe”, porém

¹⁵ No dia 31 de Março era comemorado o “Aniversário da Revolução”, ou seja, dia da ruptura democrática no Brasil. No entanto, o correto é dizer que este dia marca o golpe no país.

utilizadas pelas instituições como da “revolução” em São Borja. O primeiro exemplar foi veiculado em 7 de Abril de 1970¹⁶, já o segundo, datado de 01 de Abril de 1978¹⁷.

Os eventos contaram com a participação de diversos setores da sociedade, entre eles: militares, civis¹⁸ e religiosos. Portanto, é oportuno que se comente sobre o material divulgado, a começar pela reportagem de 1970. O primeiro ponto a se comentar, conforme informa o documento, diz respeito ao local, ou seja, a Praça XV de Novembro¹⁹, ponto central da cidade de São Borja. Além disso, no nascer do sol, comenta o jornal que foi instalada uma peça de artilharia, que executou uma salva de tiros para cada uma das Unidades Federativas do Brasil. É ponto de convergência, em regimes autoritários e ditatoriais, saudação a datas que lembram o dia de tomada do poder. A saudação, portanto, pode ser notada em São Borja, ao passo de 1970, no 6º ano da ditadura civil-militar do Brasil.

Ainda pela manhã, especificamente às 10 horas, houve desfile militar, acompanhados por autoridades do palanque²⁰ oficial. No turno da tarde, “[...] com a presença do cel. Haroldo Peçanha, comandante da guarnição militar desta cidade, de outros oficiais e elementos civis, teve lugar a solenidade da descida da bandeira, ocasião em que uma banda militar executou o Hino Nacional” (FOLHA DE SÃO BORJA, 1970, p. 1). Ainda comenta a reportagem que, conforme as ordens do comandante, ao final da apresentação do hino a banda dirigiu-se ao centro da praça e efetuou uma “[...] retrata ao público.” (FOLHA DE SÃO BORJA, 1970, p. 1). É nítido que os militares possuíam o controle do evento, como elucida a matéria do jornal.

Já no Estádio General Vargas²¹, ocorreu um amistoso futebolístico, entre duas equipes da cidade²², em que o troféu era oferecido pela Prefeitura Municipal de São Borja. O espaço educacional da municipalidade também foi cercado de comemorações, conforme diz o periódico, no seguinte trecho: “O 6º aniversário da Revolução, foi também comemorado nas Escolas do Município com

¹⁶ Nesta solenidade, o aniversário foi comemorado em 31 de Março.

¹⁷ No ano em questão o evento se deu em 31 de Março.

¹⁸ Entre os civis envolvidos estão: educadores, educandos, representantes da Prefeitura Municipal e esportistas.

¹⁹ Esta edificação consta entre as ruas General Marques, Cândido Falcão, Coronel Aparício Mariense e Presidente Vargas.

²⁰ A Praça XV de Novembro, em São Borja, possui um palanque onde ficam abrigadas autoridades em momentos de desfiles e comemorações que circundam o local.

²¹ O Estádio General Vargas está localizado na Rua General Marques, em São Borja. Atualmente funciona no local um espaço poliesportivo, denominado Parcão.

²² A reportagem não comenta quais eram as agremiações envolvidas na disputa.

hasteamento da Bandeira Nacional e leitura de Mensagem alusiva à data.” (FOLHA DE SÃO BORJA. 1970, p. 1). Por fim, é perceptível notar a contribuição dos religiosos da cidade, em especial dos católicos, pois, em concordância com o que remete a matéria, os educandos foram liberados para assistir a “Missa de Ação de Graças, oficiada pelo cônego Wiro Rauber²³.” (FOLHA DE SÃO BORJA. 1970, p. 1).

Da maneira como é narrado, o evento contou com a participação de diversos setores da sociedade, isto é: militares, educadores, educandos, religiosos, representantes da Prefeitura e esportistas. É possível notar o envolvimento dos moradores, ou aqueles que estiveram dispostos a participar. De qualquer forma, não é plausível que se coloque todos os cidadãos na comemoração, na medida que se sabe que haviam pessoas contrárias ao momento político em todo o país. Outro ponto a se destacar, diz respeito à forma como é apresentado o evento, ou seja, na leitura fica denotada uma espécie de harmonia na cidade. Na reportagem em questão não identifica-se autor, assim, é complexo que se afirme de quem eram as ideias conjugadas na edição de 1 de Abril de 1970. Por fim, destaca-se que a reportagem não apresenta contrariedade ao governo, apenas relata os acontecimentos, sem fazer críticas ao evento ou ao regime ditatorial. Assim, nota-se a conformidade do jornal com a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), de acordo com o que foi veiculado.

IMAGEM 1: JORNAL FOLHA DE SÃO BORJA, EDIÇÃO N.º. 7, DIA 07 DE ABRIL DE 1970

²³ Este religioso nasceu em Cerro Largo, em 1925 e faleceu em São Paulo das Missões, no ano de 1994. Informação encontrada na página do Facebook da Paróquia Imaculada Conceição de São Borja. Disponível em: <https://www.facebook.com/ImaculadaConceicaopasso/posts/recordando-nossos-pastores-pe-wiro-rauber-1925-1994-hoje-iremos-recordar-de-mais/3375937725758496/> Acesso em: jun. de 2023.



Fonte: Acervo do Jornal Folha de São Borja, 1970.

Desta forma, é importante que se diga: o movimento envolvendo militares e civis, no dia 1º de abril de 1964, que depôs o Presidente João Goulart, foi um golpe de Estado, na medida que cassou direitos políticos, fechou casas legislativas e pautou a imprensa. Uma revolução – como comentam os saudosistas em torno do movimento – causa mudanças drásticas na sociedade, na economia, na política, cultura, etc. Fato que não pode ser visto no Brasil, uma vez que as estruturas se mantiveram, apenas com mudança no regime de governo. O movimento pode ser visto, além do Brasil, em outros países sul-americanos, como afirmam Richter e Farias (2019). Em cada território vigorava um contexto, no entanto, estes espaços foram atingidos por Golpes de Estado:

A segunda metade do século passado foi marcada pela proliferação de regimes autoritários em países sul-americanos, a exemplo do Brasil (1964), Chile (1973) e Argentina (1976). Neles, respeitadas as especificidades locais, os militares deflagraram golpes de Estado que romperam com as ordens constitucional e institucional vigentes à época, num movimento de substituição das premissas basilares do Estado de Direito pela busca a todo (e qualquer) custo da segurança nacional (RICHTER; FARIAS. 2019, p. 386-387).

Portanto, pode-se ver que, a ruptura constitucional vista no Brasil em 1964, é parte de um processo maior, que envolveu, por sua vez, outros países da América do Sul, tais como Argentina, Chile e Uruguai. Em todos foram cassados direitos civis, impedindo a população de exercer o voto, a escolha de representantes e manifestações. No Brasil, não foi diferente, pois foram cerceados

direitos fundamentais dos cidadãos, tais como: ao voto, à oposição e à liberdades individuais. Portanto, o que alterou-se na sociedade brasileira, foram a perda dos direitos civis e políticos, que tiveram seus alcances limitados em função do Golpe Civil-Militar de 1964. Cassações de políticos e perda do direito à voto, foram alguns dos eventos ocorridos em todo o Brasil, desde o dia 1º de abril deste ano comentado. Em função do rompimento constitucional, deputados – no âmbito federal e estadual – prefeitos e governadores, tiveram seus direitos políticos cassados, ou seja, extintos, em razão do golpe. Além, é claro, do então Presidente João Goulart, deposto em função dos eventos ocorridos em 1964.

Os direitos políticos foram cerceados pelos Atos Institucionais²⁴, que ao total chegaram a dezessete. Através destes documentos, foram reprimidos indivíduos contrários ao regime e ocorreram limitações nos direitos políticos dos brasileiros. Segundo Richter e Farias (2019) as normativas em questão, foram responsáveis por censurar meios de comunicação, reprimir organizações contrárias ao governo e promover prisões arbitrárias:

Os AI's permitiram aos agentes do Estado a realização de uma plêiade de ações voltadas à supressão das oposições, à restrição das liberdades de reunião, imprensa e opinião, à instauração da censura aos meios de comunicação, às prisões arbitrárias de suspeitos de sublevação ideológica e à perseguição implacável aos participantes de ligas, organizações e movimentos esquerdistas contrários à situação política (im)posta pelos triunfantes do levante de 1964 (RICHTER; FARIAS. 2019, p. 390).

Os autores apontam que, o ordenamento constitucional e os poderes legislativos, encontraram bases nas normativas institucionais. A cassação de direitos políticos se deu através do AI 1, datado de 9 de Abril de 1964. Neste documento, a Constituição de 1946 era alterada, configurando assim, direito ao Comandante-em-chefe das Forças Armadas o poder de destituir os direitos políticos dos membros do legislativo. Esta afirmação está expressa no Art.10²⁵ do AI 1:

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos (BRASIL. 1964).

²⁴ Os denominados AI's, os Atos Institucionais foram decretos do Governo Federal que garantiam a governabilidade dos golpistas de 1964. Os atos tinham conotação de legitimidade política e jurídica. Conforme apontam Richter e Farias (2019), houveram 17 Atos Institucionais, em que o primeiro foi aplicado em Abril do ano do Golpe e o último em 1969.

²⁵ Ato Institucional Número 1. Fonte: BRASIL **Ato Institucional nº. 1**. Diário Oficial da União, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso: 29 de maio de 2023.

Conforme pode se ver na passagem anterior, o primeiro ato antidemocrático da Ditadura Civil Militar brasileira teceu normativas à cassação de direitos políticos dos legisladores. Por sua vez, o Ato Institucional Número 2²⁶, teve relação com a imposição do bipartidarismo. Dentro do ordenamento em questão, poderia haver apenas dois partidos. Como consequência, foram criados Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)²⁷. As agremiações citadas foram as únicas a operarem, de forma oficial na política brasileira, sendo que, os primeiros que faziam oposição aos governistas, enquanto os segundos, eram apoiadores. Além deste, a normativa federal atribuía que a eleição para Presidente da República deveria ser dada de forma indireta:

Já o AI-2, de outubro de 1965 (BRASIL, 1965), determinou a realização de eleições indiretas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, sendo-lhe adicionado no mês seguinte o importante Ato Complementar número 4, responsável pela extinção das agremiações políticas em funcionamento durante a fase 1946-1964 - PTB, PSD e UDN, dentre outros menores - e pela consequente instauração do bipartidarismo [...] (RICHTER; FARIAS. 2019, p. 391).

No AI 4²⁸, os congressistas foram convocados à votação para uma nova Constituição, que deveria substituir a vigente, datada de 1946. No texto introdutório, que antecede os artigos, os sujeitos que redigiram o documento comentam que a Carta Magna vigente até aquele momento não atendia às exigências do país. Portanto, antes de considerar sobre os assuntos, o documento apresenta os motivos para a nova Constituição, conforme pode-se ver a seguir:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais;
CONSIDERANDO que se tornou imperioso dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução;

²⁶ Ato Institucional Número 2. Fonte: BRASIL **Ato Institucional nº. 2**. Diário Oficial da União, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso: 29 de maio de 2023.

²⁷ Com a instauração do Ato Institucional nº 2, o regime militar perdeu a sua máscara democrática e decretou um bipartidarismo forçado, instaurando apenas dois partidos de forma obrigatória, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Nacional Libertadora (ARENA), o primeiro foi composto pela Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), por parlamentares mais alinhados à esquerda, e o segundo pela Ação Democrática Parlamentar (ADP), com parlamentares mais à direita e favoráveis ao regime. Fonte: FONTENELLE, André. **Há 50 anos, país passava a ter só 2 partidos. Senado Federal**, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/02/ha-50-anos-pais-passava-a-ter-so-2-partidos>. Acesso: 29 de maio de 2023.

²⁸ Ato Institucional Número 4. Fonte: BRASIL **Ato Institucional nº. 4**. Diário Oficial da União, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso: 29 de maio de 2023.

CONSIDERANDO que somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária;

CONSIDERANDO que ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964;

CONSIDERANDO que o Governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução (BRASIL. 1966).

Por fim, comenta-se, aqui, sobre o Ato Institucional nº 5, de 1968. Em aspectos gerais, a normativa suspendia o habeas corpus, direitos políticos, previa o fechamento²⁹ do Congresso Nacional. Além do mais, o Presidente, através de suas atribuições, tinha o poder de decretar intervenção Estadual e Municipal, conforme o interesse nacional. Outro ponto, neste mesmo âmbito, trata da nomeação dos agentes políticos nestes dois entes, que deveria ser implementado pelo mandatário do executivo federal:

O Ato Institucional no 5 conferia ao presidente da República poderes praticamente ilimitados. [...] O presidente poderia fechar as casas parlamentares, cassar mandatos e direitos políticos dos cidadãos, confiscar bens acumulados no exercício de cargos públicos, censurar a imprensa e decretar estado de sítio. Além disso, ficava suspensa a garantia de habeas corpus para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular (MOTTA. 2018, p. 202).

Ou seja, as imposições AI 5, foram relacionadas aos direitos civis da população, em seus mais diversos âmbitos, ou seja, nos direitos políticos, civis e na liberdade de expressão, por exemplo, como pode-se ver nas matérias jornalísticas. Assim sendo, outra reportagem a ser analisada foi veiculada no dia 1 de Abril de 1978, portanto, 8 anos após a primeira, a qual foi comentada aqui. A reportagem foi exposta na primeira folha do periódico e contou com a manchete: “Solenidade e desfile marcam o 14º ano da Revolução.” (FOLHA DE SÃO BORJA. 1978, p. 1). Seguindo, é proferido que ocorreram em 31 de Março atividades alusivas à Revolução³⁰ e contou-se com a participação expressiva da população. Estiveram presentes representantes do Judiciário, do Executivo Municipal

²⁹ Em seu texto, o AI 5 menciona a palavra “recesso”, quando comenta sobre a atribuição do Presidente da República em fechar o Congresso. Fonte: BRASIL. **Ato Institucional nº. 5**. Diário Oficial da União, 1968 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso: 29 de maio de 2023.

³⁰ Apesar do jornal denominar Revolução, já foi visto que o evento foi um golpe, que culminou com a deposição de João Goulart, em 1964.

e do Exército. Ainda comenta o jornal que estes sujeitos estavam presentes no momento do hasteamento das bandeiras:

Inicialmente foram convidados, respectivamente, o Prefeito João Carlos Mariense Escobar, o Coronel Francisco Pereira de Holleben e o Juiz de Direito Dr. Aristides Pedroso de Albuquerque, para hastear as bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul, e de São Borja, sob expectativa dos presentes (FOLHA DE SÃO BORJA, 1978, p. 1).

O texto do periódico aponta que foram comentadas considerações do Coronel Francisco Pereira Holleben destacando a importância da Revolução. Ainda diz que, somente a partir do movimento é que a segurança e liberdade do país foram resguardadas. Para encerrar a solenidade: “[...] o Regimento desfilou frente ao Palanque Oficial retirando-se para o Quartel ” (FOLHA DE SÃO BORJA. 1978, p. 1).

IMAGEM 2: JORNAL FOLHA DE SÃO BORJA, EDIÇÃO N°. 422, DIA 1° DE ABRIL DE 1978



SOLENIDADE E DESFILE MARCARAM 14^º ANO DA REVOLUÇÃO



Ontem pela manhã aconteceram, na Praça XV de Novembro, as solenidades alusivas ao décimo quarto aniversário da Revolução de Março de 1.964, com a presença de grande público.

Inicialmente foram convidados, respectivamente, o Prefeito Municipal João Carlos Mariense Escobar, o Coronel Francisco Pereira de Holleben e o Juiz de Direito Dr. Aristides Pedrosa de Albuquerque, para hastearem as Bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul e de São Borja, sob a expectativa dos presentes.

Posteriormente o Coronel Francisco Pereira de Holleben fez uso da palavra, destacando a importância da Revolução na consolidação de um regime que pudesse salvaguardar a liberdade e a segurança da Pátria, cujo texto é integralmente reproduzido nesta edição.

Encerrando esta solenidade o Regimento desfilou frente ao Palanque Oficial retirando-se para o Quartel onde foi rezada uma missa pelo evento. Constatou do programa ainda, uma exposição de armas e materiais do Exército que ficaram expostos na praça para a visitação pública. A noite foi realizada uma Rústica Comemorativa, com livre participação de civis e militares.

Pronunciamento do Cel Holleben

14 O mundo de hoje, vive uma das fases mais conturbadas da história de todos os seus povos. Assistimos fatos estardaludos que tanto acontece no oriente, como no ocidente, fatos estes, que contrariam os mais elementares princípios da moral cristã, a que nos acostumamos desde o nosso nascimento. Parece que a humanidade foi sacudida por um frenesi de ódio, de agressão, de desumanidade total. Sequestros, atentados contra a vida de pessoas inocentes, acobertadas pela bandeira da contestação política, extravasavam todo um ódio que a lei e a ordem até então reprimira. Procura-se destruir a célula-mãe da Pátria, que é a família - inoculando-a de sexo e tóxico, procurando dividi-la, colocando pais-contrafilhos e vice-versa, solapando o que de mais grato nos foi dado por Deus. À sombra de tudo isto, está a vaidade humana, o desejo de aparecer e ser saudado, não interessando os meios utilizados para tal fim. As sombras negras de uma terceira guerra mundial, paira sobre o mundo, como se já não bastassem as outras duas, que tanto sofrimento causaram à humanidade. Os interesses pessoais se sobrepõem aos da coletividade e ouvem-se constantemente pessoas que pregam uma crença que não tem e moral que não praticam. A maioria de nossos vizinhos e irmãos da América do Sul, são sacudidos dia a dia por perturbações da ordem, que causam a morte de cidadãos, pacatos e inocentes, e têm suas economias abaladas pela prática constante de uma política negra que só visa perturbar a ordem e atender a interesses pessoais de quem a pratica. Ao lado de tudo isto e dentro de todo este quadro, aparece uma Pátria, que apesar de ter sofrido todos estes percalços em tempos felizmente passados, apresenta-se como um fecho de luz em meio às trevas. Seus filhos podem usufruir livremente das dádivas naturais de nossa terra, de suas expressões mais autênticas como o carnaval e o futebol, por exemplo, ir e vir livremente, sem serem massacrados por uma bomba assassina. É

um povo que nasceu sobre a égide da cruz e foi abençoado por Deus. Povo que em 1.964, ameaçados os nossos mais caros princípios de moral cristã, veio às ruas e, junto com as Forças Armadas, restituiu ao País a calma, a segurança e a liberdade ameaçadas. E é a este povo que neste momento nos dirigimos. À todas as classes políticas e sociais, conclamando-as à união em torno dos nossos princípios democráticos e cristãos; ao trabalho, para que cada vez sejamos maiores e gozemos das bênçãos que o progresso nos traz e que por certo continuará nos trazendo no futuro para que não deixemos as falácias das sereias que cantam melodiosamente, nos encham os ouvidos de promessas que não podem cumprir e que nos mostram aos seus irmãos, somente as coisas negativas, torcendo fatos e jogando com dados incompletos para nos convencerem que estão certos.

Meus senhores, queremos que fique bem claro: o governo não é contrário a uma oposição democrática. É contrário, isto sim, a uma oposição sistemática e contestatória, que procura destruir e denegrir até aquelas coisas que, qualquer homem de inteligência mediana, vê que foram feitas e estão sendo executadas para o bem do Brasil e de seu povo. Aproveito a oportunidade para ler um decálogo que nos chegou recentemente às mãos, pedindo aos que ouvem neste momento, que procurem associar e comparar as idéias nele expressas, com o que está ocorrendo atualmente no Brasil.

DECÁLOGO DA VITÓRIA COMUNISTA

- 1 - Corrompa a juventude e dê-lhe a liberdade sexual;
- 2 - Infiltra e depois controle todos os veículos de comunicação de massa;
- 3 - Divida a população em grupos antagônicos, incitando-os à discussões sobre assuntos sociais, mesmo que não relacionados com a causa comunista;
- 4 - Destrua a confiança das populações nos seus líderes;

- 5 - Fale sempre sobre a democracia e em estado de direito - mas assumo o poder, sem qualquer escrúpulo logo se apresente a oportunidade;
- 6 - Colabore para o esbanjamento dos dinheiros públicos; coloque em descrédito a imagem do país especialmente no exterior provoque o pânico e o desassossego nas populações através da inflação;
- 7 - Promova greves, mesmo ilegais, nas indústrias vitais do país;
- 8 - Promova distúrbios e contribua para que as autoridades não os coibam;
- 9 - Contribua para a derrocada dos valores morais, a honestidade e a crença nas promessas dos governantes; nossos parlamentares, infiltrados nos partidos diversos, especialmente dos frágeis partidos democráticos, devem acuar os não comunistas, obrigando-os, sob pena de expor-lhes ao ridículo, dando-lhes pechas, a votar somente o que de interesse da causa comunista;
- 10 - Procure catalogar todos aqueles que possuam armas de fogo para que as mesmas sejam confiscadas no momento oportuno, tornando impossível qualquer resistência à nossa causa.

(Panfletos distribuídos em Dusseldorf - Alemanha pelos comunistas alemães aos soldados norte-americanos, em maio de 1.918, ao término da Primeira Guerra Mundial.)

Peço que reflitam e comparem o que foi lido com o que está ocorrendo no Brasil, de 1.977 para cá. E fiquem alertas contra as falácias de maus brasileiros, inocentes úteis.

Posso lhes assegurar, no entanto, que as Forças Armadas não esmorecerão no seu trabalho contra a subversão do comunismo internacional e consciente disto, o Exército prosseguirá, como em 1.964, defendendo os ideais revolucionários, que se identificam com os vossos ideais e os do povo brasileiro, pois nós militares somos também povo, servindo sempre ao Brasil com despreendimento e lealdade."

folha de
são borja

ANO 7 - n.º 422 Cr\$ 4,00	SÃO BORJA 01.04.1978
------------------------------	-------------------------

Fonte: Acervo do Jornal a Folha de São Borja, 1978.

Na solenidade, o Coronel Holleben, fez algumas considerações sobre o que pensa em relação a chamada Revolução de 1964. O mesmo comenta que o mundo passava um dos períodos mais conturbados da história, principalmente no que tange a moral cristã. Seguindo, o militar comentou: “Parece que a humanidade foi sacudida por um frenesi de ódio, de agressão, de desumanidade total. Seqüestros, atentados contra vida de pessoas inocentes, acobertadas pela bandeira da contestação política, extravasam todo o ódio que a lei e a ordem até então reprimira.” (FOLHA DE SÃO BORJA. 1978, p. 1). Depois, afirma que o Brasil foi livrado dessas mazelas e que seu povo pode usufruir, na forma da liberdade, dos aspectos naturais do país, do futebol e do carnaval, considerado por ele, expressões autênticas do Brasil.

É importante ressaltar sobre a questão da liberdade abordada pelo autor da fala, pois é dito que os brasileiros possuem direitos de ir e vir. No entanto, o interlocutor está proferindo inverdades, pois os Atos Institucionais feriram liberdades de expressão, políticas e civis dos moradores. “Seus filhos podem usufruir livremente das dádivas naturais de nossa terra, de suas expressões mais autênticas como o carnaval e o futebol, por exemplo, ir e vir, sem serem massacrados por uma bomba assassina.” (FOLHA DE SÃO BORJA. 1978, p. 1). Não é possível, deste modo, ter-se liberdade, na medida que normativas jurídicas restringem a população. Na próxima figura podemos visualizar na íntegra a reportagem.

Outro ponto destacado por Holleben é relativo à moralidade cristã. Segundo comentava, o Brasil surge sob a cruz e as bênçãos de Deus e que os moradores viam este movimento ameaçado antes de 1964. Aponta o povo, assim, juntamente com os militares, como participantes da operação de depôs o Presidente João Goulart em 1964. “Povo que em 1964, ameaçados os nossos mais caros princípios de moral cristã, veio às ruas, e junto com as forças armadas resistiu ao País a calma, a segurança e a liberdade ameaçadas.” (FOLHA DE SÃO BORJA. 1978, p. 1). É possível que se note o apelo moral e religioso à população, principalmente nos princípios cristãos. Deste modo, conforme o Coronel Holleben, estas palavras deveriam ser destacadas à população. Para além disso, destaca a oposição, que pode ocorrer, porém, deve ser democrática. “É contrário, isto sim, a uma oposição sistemática e contestatória, que procura destruir e denegrir até aquelas coisas que, qualquer homem de inteligência medida, vê que foram feitas e estão sendo executadas para o bem do Brasil.” (FOLHA DE SÃO BORJA. 1978, p. 1). De forma genérica, o autor não aponta os aspectos a serem destruídos ou denegridos, e lembra que pode haver oposição, porém, sem contrariar as barbáries do regime.

Por fim, o Coronel aponta premissas para a “Vitória Comunista³¹”, no qual teve acesso, ou seja, ideias ditas comunistas e que poderiam chegar ao êxito, caso não fosse a vitória do grupo militar em 1964. Para compor sua reflexão, o autor pede que os ouvintes relacionem as palavras com o contexto vigente no Brasil naquele período. Ao todos, são 10 comentários que o mesmo dirigiu ao público, entre eles estão: o fato que os comunistas querem corromper a juventude através da liberdade sexual; infiltração em veículos de massa; divisão da população em grupos antagônicos; a destruição da confiança dos habitantes nos líderes; comentar sobre democracia e direitos, não praticar isso, ou seja, tomar o poder e retirar estes direitos. Nos cinco primeiros itens, é possível visualizarmos que algumas práticas são desenvolvidas pelo governo militar, como retirar direitos políticos da população e censurar a imprensa, atos objetivamente contrários ao regime democrático.

A liberdade é uma garantia considerada essencial para a dignidade humana, conforme Marilena Chauí explica, “A liberdade declara que todo cidadão tem o direito de expor em público seus interesses e suas opiniões.” (CHAUÍ, 2012, p. 151). Diante disto, se analisar o contexto político da ditadura civil-militar (1964-1985), tal direito foi severamente destruído com a implementação dos Atos Institucionais, pois através deles ocorreu uma repressão sistemática aos direitos civis e políticos. Desta forma, essas medidas adotadas serviram para restringir e controlar a liberdade dos cidadãos, passando a extinguir qualquer apelo de demonstração dos traços democráticos durante este período.

Por fim, os cinco últimos comentários acerca dos comunistas estão: esbanjamento do dinheiro público, desassossego na população através da inflação e descrédito da imagem externa do país; promoção de greves nos meios industriais; promoção de distúrbios; trabalhar para o fim dos valores morais da sociedade; e por fim, procurar quais cidadãos possuem armas, para que sejam desarmados. É considerável que se diga: as ideias expressas pelo Coronel Francisco Pereira de Holleben fazem parte de um conjunto de informações que circulam e são atribuídas a Vladimir Lenin³². Assim, é

³¹ “O decálogo de Lenin”, ou como foi chamado pelo Coronel Holleben, “O decálogo da Vitória Comunista”, é uma série de premissas que, conforme este texto aponta rumos para a tomada do poder a partir do comunismo. No entanto, esta narrativas circulam para disseminar o terror político na população.

³² Em toda a obra de Vladimir Lenin, não é possível encontrar tais ideias, pois o autor não as escreveu e apenas são encontradas publicações sem comprovações. Um dos indivíduos que propagou esta informação é o Deputado Federal Marco Feliciano (PL-SP). Disponível em: https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/photos/a.177040895769271/843941015745919/?type=3&locale=pt_BR. Acesso em: jun. de 2023.

importante que se diga: esta informação circula há muitos anos, sendo usada para promover terror social. Ao final, o militar afirmar:

Posso lhe assegurar, no entanto, que as Forças Armadas não esmorecerão no seu trabalho contra a subversão do comunismo internacional e, consciente disto, o Exército prosseguirá, como em 1.964, defendendo os ideais revolucionários, que se identificam os vossos ideais e os do povo brasileiro, pois nós militares somos também povo, servindo ao Brasil com despreendimento e lealdade (FOLHA DE SÃO BORJA, 1978, p. 1).

A democracia e os direitos políticos foram destituídos no Brasil a partir do golpe de 1964 e tiveram sua consolidação jurídica através dos Atos Institucionais. Em síntese apontam Fregonezi e Priori (2017), os AI's foram documentos que fragmentaram qualquer ideia de liberdade ao povo brasileiro. “Os Atos Institucionais quebram com qualquer ideal de liberdade no Regime Militar, apesar deste ainda tentar passar para a população uma falsa imagem de democracia”. (FREGONEZI; PRIORI, 2017, p. 2471). Os autores ainda comentam que, os militares, se auto-clamavam como o único grupo a defender o país contra a ameaça comunista.

Diante deste contexto, surgem reflexões acerca da democracia diante ao golpe civil-militar (1964). Considerando que ela excede características superficiais, uma sociedade é considerada democrática quando além das práticas políticas institui e protege os direitos individuais e coletivos dos cidadãos, as ideias de igualdade e liberdade enquanto os direitos civis implicam que as divergências de opinião, as lutas por direitos e as disputas políticas são parte integrante do funcionamento democrático, os conflitos são vistos como forma de expressão e de busca por mudanças e transformações sociais.

Portanto, conforme foi visto nesta seção deste artigo, é possível identificar que houve a propagação do termo “Revolução” no periódico Folha de São Borja, criado no município homônimo. Além disso, é possível notar que a ruptura democrática de 1964 é comemorada pelo jornal, que não tece críticas ao movimento, nem aponta considerações acerca do regime ditatorial instaurado com a anuência de civis e militares na primeira metade da década de 60, do século XX. Outro ponto necessário que se destaque, diz respeito ao envolvimento de diferentes segmentos sociais do município, ou seja, religiosos, educadores, políticos e militares, conforme mostrado na edição de 1970 e 1978.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos apresentar o contexto político e social do Brasil, antes de 1964 e após a ruptura democrática assolada a partir de 31 de março deste ano. Entre as afirmações, podemos destacar: o movimento antidemocrático contou com a participação de civis e militares e esteve presente em outros países da América Latina, como Argentina, Uruguai e Chile, como parte de deposições e rupturas políticas observadas durante a Guerra Fria.

Para compor as reflexões, fizemos a utilização dos conceitos de golpe e revolução. Em síntese, um golpe é uma forma de destituição política sob vias ilegais, ou seja, sem o consentimento democrático. Já uma revolução faz parte de um processo de transformação, tanto em aspectos econômicos, sociais e políticos experimentados por um país ou território. Como consequência desta pesquisa, evidenciamos que o movimento político praticado contra João Goulart foi um golpe, pois o derrubou da presidência e cassou direitos políticos, civis e sociais dos brasileiros. Além do mais, governou através de censuras em veículos midiáticos, tais como os jornais, que aqui apresentamos.

Nas reportagens examinadas, notamos o conceito de Revolução empregado em comemorações que marcam o dia da ruptura institucional de 1964. Como já foi comentado, o dia 31 de Março do ano em questão, foi marcado por um golpe e não por um processo revolucionário, como apresenta a Folha de São Borja. Ao analisarmos as matérias, constata-se que não existem comentários contrários ao regime ditatorial em questão, apenas menções que ilustram as comemorações do evento. Outros aspectos são relativos ao envolvimento de civis com as solenidades, ou seja, é noticiado que em comemoração houve missas, partida de futebol e envolvimento das escolas do município. Por outro lado, as notícias não apontam protestos e represálias ao evento.

Outro ponto a ser destacado, está relacionado ao discurso proferido, em 1978, pelo Coronel Francisco Pereira de Holleben, no qual aponta movimento para o povo comemore o movimento dos militares, pois, segundo suas palavras, livraram o Brasil do comunismo. A colocação principal em sua fala diz respeito às 10 premissas para vitória comunista, ou seja, pontos a serem implementados para o êxito deste regime. Pode-se afirmar de forma categórica que o Brasil não tinha riscos de movimentos comunistas e que os destaques do Coronel apenas espalham pânico e inverdades à população.

Em próximas pesquisas, é possível buscarmos outros periódicos, assim como investigar na Folha de São Borja, se existem outras matérias relacionadas à temática. Assim, é possível afirmarmos

com mais qualidade como o período era narrado nos jornais do município. No entanto, vimos nas duas reportagens que, o evento de comemoração do golpe, erroneamente chamado de Revolução no texto jornalístico, foi veiculado sem qualquer contrapartida e divulgado somente sob aspectos harmônicos. Não é possível que façamos afirmações sobre o envolvimento do periódico com o regime ditatorial brasileiro iniciado em 1964, no entanto, podemos comentar que o mesmo publicou, sem ressalvas, as comemorações da ruptura democrática nos anos 1970 e 1978. Não é possível dizer que os escritos foram veiculados em função à ditadura civil-militar, pois, nos anos de publicação existia censura aos veículos de imprensa. Em próximas investigações, é possível procurar em outras edições do mesmo jornal, a fim de encontrarmos possíveis respostas à consideração anterior. Entrevistas com sujeitos que vivenciaram o momento, de mesma forma podem ser realizadas, para que possamos melhor compreender os acontecimentos que marcaram a Ditadura Civil-Militar brasileira, iniciada em 1964.

REFERÊNCIAS

ARRAES, Marcos Alexandre. **Guerra Fria: uma arqueologia do conceito (e sua atualidade) a partir do ocidente**. Cadernos do CEOM, 2019. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/4619>. Acesso: 20 de maio de 2023.

ARGON, Alexandre; GONÇALVES, Patrícia. **Ideologia e polarização política no Brasil: origens, causas e consequências**. Revistas Humanidades e perspectivas, 2022. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/157>. Acesso: 29 de maio de 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Biografia**. Biblioteca da Presidência da República, 2023. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/biografia>. Acesso: 29 de maio de 2023.

BRASIL **Ato Institucional nº. 1**. Diário Oficial da União, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso: 29 de maio de 2023.

BRASIL **Ato Institucional nº. 2**. Diário Oficial da União, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso: 29 de maio de 2023.

BRASIL **Ato Institucional nº. 4**. Diário Oficial da União, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso: 29 de maio de 2023.

BRASIL. **Ato Institucional nº. 5**. Diário Oficial da União, 1968 Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso: 29 de maio de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada - Decreto nº 53.700, de 13 de Março de 1964 - Publicação Original**. Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 29 de maio de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada - Decreto nº 53.701, DE 13 DE MARÇO DE 1964 - Publicação Original**. Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53701-13-marco-1964-393663-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 29 de maio de 2023.

CÂMARA Municipal de São Borja. **Atas Sessões Extraordinárias de 1964**. Arquivo da Câmara Municipal de São Borja, 1964. Rio Grande do Sul, Brasil.

CAMARGO, Aspásia. **MEMÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS (1955-1964)**. Documentos Revelados, 2016. Disponível: <https://documentosrevelados.com.br/memoria-das-ligas-camponesas-1955-1964/>. Acesso: 29 de maio de 2023.

CHAUÍ, Marilena, **DEMOCRACIA E SOCIEDADE AUTORITÁRIA**. Comunicação e Informação, v. 15, n. 2, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24574>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

CODATO, Adriano Nervo. **O GOLPE DE 1964 E O REGIME DE 1968: ASPECTOS CONJUNTURAIS E VARIÁVEIS HISTÓRICAS**. História: Questões & Debates, [S.l.], v. 40, n. 1, jun. 2004. ISSN 2447-8261. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2735/2272>. Acesso em: 21 maio 2023.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório - Tomo I - Parte II - Perseguição ao Movimento Estudantil Paulista**. Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Persegicao-ao-Movimento-Estudantil-Paulista.pdf. Acesso: 29 de maio de 2013.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE EM SÃO PAULO: DIREITAS, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E GOLPE NO BRASIL, 1964**. Revista de História (São Paulo), 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/N3y4qtLG8XkgR3gKP9yvwBm/>. Acesso: 30 de maio de 2023.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Repositório Universidade Nacional de Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7637>. Acesso: 20 de maio de 2023.

FIGLINO, Beatriz. **GUERRA FRIA: UM PERÍODO, TRÊS OLHARES**. Encontro de Pesquisa em Relações Internacionais, 2015. Disponível em: <http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/publicacao.asp?codTrabalho=MTg1ODg=>. Acesso: 06 de julho de 2023.

FOLHA de São Borja. **Edição Nº 7**. Arquivo da Folha de São Borja, 7 de abril de 1970. São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil.

FOLHA de São Borja. **Edição Nº 422**. Arquivo da Folha de São Borja, 1º de março de 1978. São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil.

FONTENELLE, André. **Há 50 anos, país passava a ter só 2 partidos**. Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/02/ha-50-anos-pais-passava-a-ter-so-2-partidos>. Acesso: 29 de maio de 2023.

FREGONEZI, Rute Maria Cham; PRIORI, Ângela. **A DITADURA MILITAR NO BRASIL: GOLPE, REPRESSÃO E TORTURA**. VIII Congresso Internacional de História. XXII Semana de História. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3897.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2023.

FREITAS, Vanessa Rocha de; GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1968)**. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/vanessa_rocha_de_freitas.pdf. Acesso: 29 de maio de 2023.

GREGÓRIO, Mariany. **O sindicalismo brasileiro, o golpe de 1964 e alguns desdobramentos**. Em debate, UFSC, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/21723-Texto%20do%20Artigo-69683-2-10-20120103.pdf>. Acesso: 29 de maio de 2023.

LARA, José Victor de. **A Participação dos Estados Unidos no Golpe Civil-militar de 1964: breves apontamentos para uma revisão historiográfica**. Anais do XV Encontro Regional de História, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468195370_ARQUIVO_trabalho_anpuh_2016.pdf. Acesso: 21 de maio de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MENEZES, Paulo Carlos Santos. **O GOLPE MILITAR DE 1964 E RESISTÊNCIAS: A RESISTÊNCIA DA RESISTÊNCIA POR TRÁS DAS LINHAS INIMIGAS**. VII Semana de Mobilização Acadêmica (SEMOC), Universidade Católica de Salvador, 2004. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1733/1/O%20golpe%20militar%20de%201964%20e%20resist%C3%Aancias.pdf>. Acesso: 8 de junho de 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 38, n° 79, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 de maio de 2023.

PEREIRA, Priscila Oliveira. **Golpe civil-militar e a participação dos governadores em 1964**. Revista Tempo Amazônico, 2020. Disponível em: https://www.ap.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=2117. Acesso: 21 de maio de 2023.

RICHTER, Daniela; FARIAS, Thieser da Silva. **Ditadura Militar no Brasil: dos instrumentos jurídicos ditatoriais para a democracia outorgada**. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 11, no 3, setembro-dezembro, 2019, p. 381-405. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v11n3a32019.pdf>. Acesso em: 21 maio de 2023.

ROLIM, Tácito Thadeu. **Neste caso, quando o termo "imaginário político" é empregado, remete-se ao contexto**. Tese (Doutorado) - Curso em Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/1362/projeto/Tese-tacito-thadeu-leite-rolim.pdf>. Acesso: 08 de julho de 2023.

ROSSI, Lucas Orsi. **A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS COMO CRISE CONSTITUCIONAL E A SAÍDA PARLAMENTARISTA PARA A POSSE DE JANGO**. RED Unb, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/29920>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

SOARES, Ary Dillon. **21 ANOS DE REGIME MILITAR: Balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Edição Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOUZA, Sérgio Rodrigues de. **O QUE DIFERENCIA, DE FATO, UM GOLPE DE UMA REVOLUÇÃO?**. Anais da XI Semana de História UFES – Anais da Semana de História. UFES: 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23117/15710>. Acesso em: 21 de maio de 2023.



VERUM
REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA